



GT 06. Antropologia da Economia

Coordenador(es):

Arlei Sander Damo (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Gustavo Gomes Onto (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 1

Debatedor/a: Lúcia Helena Alves Müller (PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Desde o nascimento da nossa disciplina os intercâmbios de objetos e riquezas, mediados ou não pelo dinheiro, as formas de valoração e de provimento das condições materiais de continuidade da vida foram objeto de descrição e interpretação a partir dos modos de vida dos “outros”. As teorias econômicas já tinham grande importância nas sociedades a partir das quais surgiu a antropologia e, nas últimas décadas, se tornaram uma verdadeira linguagem global. A importância dos especialistas, sejam acadêmicos ou gestores governamentais, nunca foi tão grande, tendo esses um papel preeminente no desenho de políticas de larga escala. Economia, portanto, concerne a uma multiplicidade de objetos, temas e possibilidades de abordagem que implicam, sempre, o questionamento sobre a própria definição sobre o que seja “a economia” ou que caracterize algo – prática, teoria – como “econômico”. A Antropologia da Economia vem ganhando novo fôlego no país, com a organização de diversos eventos e publicações acadêmicos voltados a essa área de estudos. O objetivo do GT é propiciar um espaço dedicado a colocar em diálogo trabalhos que possibilitem explorar a multiplicidade de sentidos da economia, as diversas escalas de observação que ela permite e provoca e as ambiguidades e misturas que colocam em questão as fronteiras e limites do econômico, como a relação com as práticas familiares, a intimidade, a religião, o consumo, a dádiva, as moralidades, o Estado e assim por diante.

O processo de instituição da política de valorização do salário mínimo: crise política como oportunidade econômica?

Autoria: Mahatma Ramos dos Santos (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

O presente artigo tem como objeto o processo de negociação e instituição da Política de Valorização do Salário Mínimo (PVSM), o qual se desenvolveu entre 2003 e 2011. O principal objetivo desse work é identificar e analisar como a categoria crise operou - seu status, qualificação e base narrativa - na dinâmica de interação entre Estado e centrais sindicais de trabalhadores ao longo do processo de negociação da PVSM e, de forma complementar, vislumbra-se examinar os múltiplos sentidos atribuídos aos eventos e dinâmicas considerados críticos pelos atores entrevistados. Duas dinâmicas centrais desse processo de negociação foram percebidas como críticas: (i) a emergência de uma ?crise? político-institucional decorrente de denúncias de corrupção que embasaram a ação penal 470 (?mensalão?), e (ii) o permanente antagonismo entre duas frações no interior do heterogêneo poder executivo federal - por um lado, a denominada ?área econômica? do governo, capitaneada pelo Ministério da Fazenda, e, por outro lado, aquela liderada pelo Ministério do work e Emprego (M.T.E). Dessa forma o artigo busca responder duas questões: qual a percepção (sentidos atribuídos) dos atores (sindicais) que participaram desse processo de negociação sobre esses dois episódios? E quais os efeitos desses eventos em tal processo? Para isso, este work buscou dialogar criticamente com a literatura das ciências sociais sobre o salário mínimo e políticas públicas, assim como com os debates específicos da antropologia sobre o Estado e crise. Ademais, recorreu a análise de documentos - leis, medidas provisórias, atas, estudos, artigos de jornais, etc. - e a realização de dez entrevistas atores que participaram da negociação da PVSM - presidentes das centrais sindicais, assessores sindicais e funcionários



do Ministério do Trabalho e Emprego (M.T.E) à época, entre eles o então ministro. Em síntese, concluiu-se que, apesar das múltiplas percepções entre os entrevistados, para os sindicalistas o episódio do "mensalão" e os antagonismos entre frações do poder executivo federal foram sim fatores relevantes para explicar as rotinas de interação e repertórios mobilizados pelas centrais sindicais nesse processo. No entanto, o "mensalão" foi um evento "crítico" apenas para o poder executivo federal e de caráter político. Visto que, do ponto de vista das centrais sindicais, o "mensalão" foi um evento essencial para ampliação da permeabilidade à participação do movimento sindical na produção de políticas públicas e ocupação de cargos na burocracia estatal. A oposição entre Ministério da Fazenda e M.T.E, por outro lado, foi percebida como uma dinâmica crítica também para as centrais sindicais e que reproduzia, na percepção dos sindicalistas, um antagonismo entre "mercado" e movimentos sociais.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: